

Representações de profissionais da educação sobre sexualidade e gênero

Education professionals' representations about sexuality and gender

Rosana Maria Badalotti e Celso Francisco Tondin

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Brasil

Resumo

Gênero e sexualidade constituem dispositivos heterogêneos de controle, enquanto objetos de poder e saber, que são operados na escola. Em uma perspectiva de superação da dicotomia entre objetivismo e subjetivismo, este artigo analisa as representações sobre a sexualidade na perspectiva das relações de gênero, destacando a formação acadêmica e práticas pedagógicas dos profissionais da educação em relação a essas temáticas. Trata-se de pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevistas com profissionais e de consulta ao planejamento dos conteúdos ensinados nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública de um município do estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. As representações das entrevistadas sobre a sexualidade não se resumem ao ato sexual, no entanto esta se apresenta muito mais como uma manifestação individual do que social ou coletiva, de modo que a sexualidade é considerada parte da personalidade dos indivíduos e elemento inerente ao desenvolvimento humano. Por isso, as representações reproduzem determinados domínios do saber e conhecimentos hegemônicos da psicologia do desenvolvimento que predominam no processo de formação docente inicial e continuada no Brasil. A formação acadêmica da maioria das profissionais não possibilitou um aprofundamento das questões de gênero com base no respeito à diversidade sexual e na desconstrução de comportamentos sexistas e homofóbicos.

Palavras-chave: sexualidade; gênero; representações; educação; formação docente.

Abstract

Gender and sexuality are heterogeneous control devices, as objects of power and knowledge, which are operated in school. In a perspective of overcoming the dichotomy between objectivism and subjectivism, this article analyzes the representations of sexuality in the context of gender relations, highlighting the academic and pedagogical practices of education professionals about these issues. It is qualitative research through interviews with professionals and consultation to planning the content taught in the early years of elementary school of the a public school in a city in the state of Santa Catarina, southern Brazil. The representations of the interviewed about sexuality are not limited to sexual intercourse, though this appears much more as an individual manifestation of social or collective, so that sexuality is considered part of the personality of individuals and element inherent in human development. Therefore, the representations reproduce certain areas of knowledge and hegemonic knowledge of developmental psychology that predominate in the process of initial and continuing teacher education in Brazil. The academic background of most professionals did not allow a deepening of gender issues based on respect for sexual diversity and deconstruction of sexist and homophobic behavior.

Keywords: *sexuality; gender; representations; education; teacher formation.*

1. INTRODUÇÃO

Gênero e sexualidade são tomados neste artigo como mecanismos e dispositivos heterogêneos de controle, enquanto objetos de poder e saber, sendo a escola uma das instituições onde eles se instalam, se modificam e se re-configuram. Para tanto, nos valem de reflexões de Foucault (1997, 1998), Scott (1995), Louro (1998, 1999, 2008, 2012), entre outros.

O caráter histórico e social da sexualidade foi longamente abordado por Michel Foucault em dois volumes de sua obra, *A História da sexualidade* (1997, 1998). Ao traçar uma história da sexualidade, este filósofo compreendeu-a como uma “invenção social”, ou seja, ela se constitui a partir de múltiplos discursos sobre o sexo que regulam e normalizam saberes e práticas. Nesse sentido, as identidades – “tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade” (LOURO, 1998, p. 27) – são construídas, portanto, não são dadas ou acabadas num determinado momento e sim instáveis, passíveis de transformação.

168

Para Foucault (1997, p. 85), a sexualidade se caracteriza, portanto, por relações de poder e práticas discursivas à medida que: “Nós somos controlados e normatizados por múltiplos processos de poder. Essa visão do poder também é vital para uma história da sexualidade”. Nesta, a distinção entre gênero e sexo é importante para romper com um determinismo biológico implícito no termo sexo ou diferença sexual e acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas entre os gêneros.

Essa contribuição também foi desenvolvida pela historiadora americana Joan Scott (1995), que apresenta o gênero como uma categoria de análise capaz de produzir conhecimento histórico, e “como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (p. 14).

Nessa direção, delimita-se nossa opção teórico-metodológica em torno de compreensões sobre sexualidade e gênero como construções históricas, sociais e subjetivas, orientadas por representações, discursos, saberes e conhecimentos legitimados, autorizados social e historicamente. Considerando esta opção, este estudo insere-se no contexto da pesquisa qualitativa, pois se preocupa com o nível da realidade que não pode ser quantificado, visto que aborda o universo de significados, valores, crenças, atitudes etc. Utilizamos dessa forma, o conceito de González Rey (2002) sobre pesquisa qualitativa que enfatiza o

reconhecimento da singularidade do estudo, ou seja, não se pretende formulações generalizáveis, mas apreender o momento empírico a partir do conjunto de significações que são construídas tanto pelas (os) investigadoras(es) quanto pelos sujeitos investigados.

Partindo da ênfase qualitativa proposta e do reconhecimento da singularidade, este estudo analisa as representações sobre a sexualidade na perspectiva das relações de gênero, destacando a formação acadêmica e práticas pedagógicas dos profissionais da educação de uma escola da região Sul do Brasil. Para a compreensão destas representações, buscaremos aproximar aspectos do pensamento de Pierre Bourdieu e de Serge Moscovici tomando como base algumas considerações realizadas por Lima e Campos (2015), para quem esta aproximação não é simples, considerando as particularidades das teorias propostas pelos autores que eles referem. Entretanto, existem possibilidades de convergência, sendo que destacaremos a questão de ordem epistemológica, ou seja, a proposição comum entre eles de superação da “dicotomia subjetividade x objetividade na relação indivíduo-sociedade” (LIMA e CAMPOS, 2015, p. 65).

Se por um lado, a escola deve ser compreendida em sua dimensão institucional como campo de regulação e normalização de discursos, saberes e práticas, ou seja, como espaço de reproduções sociais de gênero, classes, desigualdades, este mesmo espaço, por ser constituído por conflitos e contradições, caracteriza-se como potencial para mudanças. Nesse sentido, Lima e Campos (2015) afirmam que Bourdieu nos incita a olhar para a realidade social (a sociedade recortada em campos de lutas) e que Moscovici nos instrumentaliza para olhar os conflitos em operação (*mis-en-marche*), sob a perspectiva de indivíduos e grupos concretos em seus cotidianos.

De acordo com Bourdieu (1996, p. 107), as “representações mentais” constituem “atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos”. Para o autor, as “representações objetais” (atos, estratégias, ações) estão relacionadas às representações mentais, posto que a realidade é antes de mais nada uma representação do real. Essa concepção de representações somente pode ser compreendida se considerarmos as noções de campo e *habitus*. Um campo se define através da delimitação de interesses específicos dos agentes e das agências, que são distintos e às vezes opostos, sendo o *habitus* as disposições objetivas e subjetivas que orientam as percepções e práticas dos diferentes agentes sociais (BOURDIEU, 2006).

As representações sociais, de acordo com Moscovici (2012), são prescritivas, pois elas se impõem como força de uma estrutura que pré-existe ao pensamento e à tradição que conforma o que os indivíduos devem pensar. Sendo assim, compreende-se que as representações sociais estão vinculadas a valores, noções e práticas individuais que orientam as condutas no cotidiano das relações sociais e se manifestam através de estereótipos, sentimentos, atitudes, palavras, frases e expressões (MOSCOVICI, 2003). Essa definição imprime a relação entre o caráter individual e social das representações, dado que as manifestações individuais são reflexos do grupo social com o qual o sujeito compartilha experiências e vivências, caracterizando pronunciamentos semelhantes, formas de pensar coletivas sobre um mesmo assunto, denotando o dinamismo das representações sociais e sua potencialidade para criar e transformar a realidade social.

Com relação às possibilidades de singularização das representações, Lima e Santos (2015) referem, com base em Bourdieu, que isso depende das trajetórias, pois elas são fundamentais para identificar “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, em um espaço submetido a incessantes transformações”, entre as quais se destacam os eventos biográficos que se definem e re-definem “de acordo com os deslocamentos no espaço social ou, mais precisamente, conforme a distribuição dos diferentes capitais no campo considerado.” (p. 74). Por sua vez, os autores, partindo de Moscovici, argumentam que é preciso também, considerar “as relações entre indivíduos, grupos e instituições nas formações simbólicas que geram representações, ideologias, religião, mitos [...] aglutinadoras de valores, normas, atitudes, ideologias, mitos dos grupos.” (LIMA e CAMPOS, 2015, p. 74).

170

No que se refere especificamente às representações sobre sexualidade e gênero no campo educacional, compreendido como “campo de lutas” (Bourdieu) e “campo do objeto de representação” (Moscovici), ambos pensadores se propõem a observar que no interior da instituição escolar, por um lado, se processa a reprodução de mecanismos e normas de categorização e regulação das questões de gênero e sexualidade e, por outro, disposições individuais e coletivas (por que não políticas) para desconstruir tais mecanismos, atribuindo novos sentidos e significados ao campo. Enfim, partindo da compreensão teórico-metodológica de que sexualidade e gênero são construções histórico-sociais, buscamos identificar como estas duas dimensões estão presentes nas representações dos profissionais da educação participantes da presente pesquisa.

1.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A instituição escolar em que atuam os profissionais entrevistados oferece Educação Infantil, nos níveis I, II e III, que compreende crianças de três a cinco anos de idade, e Ensino Fundamental, nos anos iniciais (1º, 2º, 3º, 4º e 5º), que englobam crianças de seis a 10 anos de idade. Trata-se de uma instituição pública administrada por um município de pequeno porte da região Oeste do estado de Santa Catarina, que se situa no Sul do Brasil.

Foram entrevistadas seis profissionais, sendo quatro professoras do Ensino Fundamental, a diretora e a coordenadora pedagógica da instituição. Realizou-se também, consulta ao planejamento dos conteúdos ensinados nos anos iniciais, em que se buscou identificar temas relacionados a gênero e sexualidade.

A faixa etária das entrevistadas é de 26 a 45 anos. Todas residem no mesmo município onde a escola está situada, sendo que a maioria delas em uma comunidade vizinha, distante a quatro km da escola. No que diz respeito à formação acadêmica, elas possuem cursos em nível de graduação e pós-graduação *lato sensu* (especialização) em universidades e faculdades da região onde a escola está localizada. O curso de graduação delas foi o de Pedagogia e a pós também na área da Educação.

171

2. A INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DA SEXUALIDADE

Para Meyer, Klein e Andrade (2007), a instituição escolar é uma instância envolvida na produção de identidades sexuais e de gênero, bem como na validação de determinadas formas de viver as masculinidades, as feminilidades e as sexualidades. A partir desse pressuposto, torna-se importante focalizarmos as representações de profissionais da educação acerca dos processos escolares envolvidos com a naturalização de diferenças e desigualdades sociais, como também sobre a desconstrução destes.

Desse modo, segundo Altmann (2001, p. 2), “a escola é uma das instituições onde se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade”, onde se exercitam pedagogias da sexualidade e de gênero (LOURO, 1999) no qual se entrecruzam representações, discursos e formas de conhecimento, enquanto estratégias de saber e poder. Nesse sentido, Foucault (1997) ao enfatizar a sexualidade como

um dispositivo histórico, chama a atenção para as formas como os discursos e conhecimentos são institucionalizados e legitimados. Dessa maneira, ao reproduzirem determinadas percepções sobre sexualidade, os profissionais da Educação legitimam o poder da instituição escolar que propaga discursos sobre a sexualidade, ao mesmo tempo em que a controla através de suas práticas pedagógicas.

Considerando que as representações são formas culturais de nos referirmos aos sujeitos (e a nós mesmos), as que se referem à sexualidade são reflexos não mecânicos da realidade apreendida e vivenciada pelos profissionais tanto individual quanto coletivamente, e ao serem ressignificados produzem sentidos e efeitos sobre os sujeitos à medida que constituem um conjunto de regulamentos, normas, vigilâncias (FOUCAULT, 1997) em relação aos saberes, conteúdos, comportamentos e sexualidade daqueles que circulam na instituição escolar.

2.1 REPRESENTAÇÕES SOBRE SEXUALIDADE

Em relação às representações sobre sexualidade das entrevistadas, identificamos concepções ligadas ao corpo, a sentimentos, à intimidade e aos modos de ser e de se relacionar consigo e com o outro, a “fenômenos ligados ao sexo masculino e feminino”, à personalidade e ao desenvolvimento humano, como demonstram as seguintes falas:

172

Entendo que a sexualidade é a expressão do corpo, sua manifestação, seu jeito pessoal de relacionar-se com o corpo, que existe desde o nascimento da criança em cada fase e apresentando-se com características próprias, buscando sempre o prazer através do corpo. (professora, 27 anos).

Sexualidade ao contrário do que muitos defendem, abrange todos os fenômenos da vida, desde sensualidade, o toque, a autoestima, não apenas o ato sexual em si. A vida sexual, a maneira de ser, de sentir a vida, de ver o outro. (professora, 45 anos).

A sexualidade é um conjunto de fenômenos ligados ao sexo masculino e feminino. A sexualidade está presente em nossas vidas e dos animais também. (diretora, 30 anos).

São manifestações de sentimentos demonstradas de várias maneiras pelos seres vivos. (professora, 37 anos).

Sexualidade é a energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. (coordenadora pedagógica, 37 anos).

A sexualidade da forma como é representada pelas entrevistadas não se resume somente ao ato sexual, no entanto se apresenta muito mais como uma manifestação individual do que social ou coletiva e, nesse sentido, as percepções sobre o tema estão ligadas aos sentimentos, às sensações, aos sentidos, aspectos estes que envolvem relações básicas entre seres humanos, parte integral da personalidade de cada pessoa e elemento inerente ao desenvolvimento humano. Nesse sentido, uma das entrevistadas afirma que:

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida [...]. Ela se manifesta desde o nascimento até a morte, a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construído ao longo da vida. (coordenadora pedagógica, 37 anos).

Assim, é possível afirmar que as falas das entrevistadas remetem e reproduzem determinados domínios do saber e conhecimentos hegemônicos e disciplinares que têm predominado no processo de formação docente inicial e continuada no Brasil, em especial a psicologia do desenvolvimento em uma abordagem do ciclo vital (gestação, infância, adolescência/juventude, adultez e velhice), havendo ausência e lacuna de conhecimentos relativos a outras áreas do conhecimento, como História, Antropologia e Sociologia, no que diz respeito à questão da sexualidade como um fenômeno histórico, cultural e social.

173

Nesse sentido, fundamentando-se em Moscovici (2003), as representações sociais manifestas nas falas das profissionais carregam estereótipos, sentimentos, atitudes, palavras, frases e expressões que advêm, entre outras fontes, da psicologização, como apontado, e revelam que o tema da sexualidade está restrito a este domínio disciplinar, como exercício de poder, que influencia os valores, noções e práticas pedagógicas sobre a sexualidade, caracterizando, conforme Bourdieu (2012), o campo e *habitus*, ou seja, as predisposições objetivas e subjetivas que têm orientado o processo de formação de acadêmicos e profissionais da área pedagógica.

Nessa direção, Louro (1998) afirma que currículos, normas e práticas escolares tradicionalmente têm sido pensados de acordo com concepções hegemônicas que definem os papéis masculino e feminino. Ao se referir ao processo de formação docente de mulheres, durante muito tempo, disciplinas como Psicologia, Puericultura e Higiene, constituíram-se “nos novos e prestigiados campos de conhecimento daquelas que são agora as novas especialistas da educação e da infância” (p. 97).

O domínio destas disciplinas sobre a sexualidade se reflete também nas formas como em geral os (as) professores (as) concebem a construção do masculino e do feminino enquanto “classificações binárias dos gêneros e da sexualidade” (LOURO, 2008, p. 22). Por outro lado, temos que considerar que tais classificações correspondem a determinadas verdades que controlam, disciplinam e normatizam as identidades de gênero e sexuais, mas que, na condição de construções históricas, podem ser desconstruídas.

Louro (2012, p. 367) propõe pensarmos como o conhecimento é construído, reproduzido e desconstruído, no que se refere às “formas como chegamos a conhecer determinadas coisas e a não conhecer (ou a desconhecer) outras”. A autora questiona ainda, sobre as condições que possibilitaram que determinadas noções fossem tomadas como verdades e fossem consideradas importantes e indispensáveis para serem introduzidas, por exemplo, nos currículos e transmitidas de geração a geração. Ao mesmo tempo, há que se questionar: “quais as condições que empurraram para o silêncio outros saberes, que os esconderam ou secundarizaram na sistematização das disciplinas?” (p. 367). A reprodução de certos domínios de conhecimento, tanto de senso comum quanto científicos, bem como a ausência e o silenciamento de outros saberes foram identificados nas representações sobre sexualidade das profissionais entrevistadas, quando questionadas sobre a formação acadêmica e prática profissional em relação às questões de gênero e sexualidade.

174

3. FORMAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Uma das possibilidades, porém não a única que têm se mostrado efetiva e alternativa, têm sido a formação continuada dos docentes em temas como gênero e sexualidade como importante instrumento de reflexão e desconstrução das representações hegemônicas.

Pesquisa realizada com docentes do Ensino Fundamental por Mokwa, Gonini e Ribeiro (2009) sobre concepções de gênero e homossexualidade, revelou que as professoras entrevistadas têm pouco conhecimento científico sobre estes temas, sendo que suas representações são marcadas por valores sexistas em que predominam a “naturalização das diferenças de gênero” (p. 1). Sendo assim, os autores ressaltam a importância da formação continuada, consideração feita a partir do fato de que as docentes expressaram “ter dificuldades de trabalhar

estes assuntos e quando os abordam, é de maneira tímida, sem permitir uma reflexão, uma problematização” (p. 6) que permita a elas próprias e em suas práticas pedagógicas abordar as questões de gênero como construções sociais e históricas.

Em nossa pesquisa, embora não tenhamos encontrado resistência das profissionais em falar sobre o assunto, identificamos que a formação acadêmica da maioria delas em nível de graduação e pós-graduação não possibilitou um aprofundamento das questões de gênero com base no respeito à diversidade sexual, desconstrução de comportamentos sexistas, homofóbicos, lesbofóbicos e transfóbicos. Mesmo considerado um assunto “polêmico”, uma entrevistada considera que ele merece ser discutido e informado abertamente.

É um assunto um tanto polêmico, mas que faz parte constante no dia a dia e que deve ser discutido de forma aberta e informado. E também que diz respeito a cada ser individualmente. (professora, 26 anos).

Apesar de o tema ser considerado importante pelas profissionais, duas delas afirmaram que sexualidade e gênero foram assuntos pouco abordados em sua formação inicial e continuada. As outras quatro afirmaram que os temas foram tratados, porém não explicitam as especificidades a respeito deles, como podemos constatar nas falas a seguir:

Foi um tema pouco contemplado, vimos alguns aspectos nas disciplinas de Educação Física, Ciência e Psicologia; não diretamente ligada ao tema, mas já participei de cursos de vários dias, em que num dos dias o seminário era sobre o tema. (professora, 27 anos).

Na minha formação participei de várias palestras promovidas pela Universidade em relação a este tema. Este assunto também foi abordado em várias disciplinas da minha formação. (diretora, 30 anos).

As questões de gênero foram muito trabalhadas no curso, a professora N. trabalhava temas relevantes sobre a questão. A sexualidade era trabalhada de forma um pouco isolada numa disciplina sobre necessidades especiais e entramos no tema, bem abordado pela professora T. Já participei de cursos, cuja grade contemplava horas referentes ao assunto. Participei também de um projeto de mestrado e posteriormente doutorado de uma amiga que possuía um grupo de pesquisa na minha escola. (professora, 45 anos).

O fato das falas não explicitarem quais assuntos foram efetivamente abordados nos processos de formação, indica que estes não foram tratados em componentes curriculares específicos de gênero e sexualidade e que nem mesmo estes componentes fazem parte do currículo. Na mesma direção apontada

pelas entrevistadas, pesquisa realizada por Leão e Ribeiro (2013) evidencia a inexistência de espaço para disciplinas específicas sobre sexualidade no currículo do curso de Pedagogia, afirmando que os currículos formal (o oficial) e o real (o praticado) não dão o devido espaço a este tema, evidenciando a presença de um currículo oculto. A ideia de currículo oculto (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2007) possibilita visibilizar as representações hegemônicas que são reproduzidas a partir do momento em que não se discute os temas gênero e sexualidade e não se problematiza os preceitos morais preconceituosos e discriminatórios que mantêm as desigualdades de gênero.

Apple (1982) afirma que o currículo escolar é resultado de um processo histórico e social, não podendo ser compreendido desconectado de contextos sociais, políticos, culturais e econômicos e, nesse sentido, trata-se de um dispositivo através do qual os indivíduos são distinguidos, rotulados e hierarquizados. Por isso, as saberes curriculares, podem ser utilizados como elementos de reprodução, visto que legitimam o que é considerado normal e adequado (BRAGA, 2004).

As representações sobre sexualidade manifestas pelas entrevistadas estão perpassadas por características de três tipos de currículos – o formal, o real e o oculto (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2007), ora pela inexistência, ora pela presença de conteúdos relacionados a esta temática.

176

No que diz respeito ao projeto pedagógico da escola em que a pesquisa foi realizada, constatou-se, por ocasião da pesquisa, a inexistência de um documento oficial que orientasse os conteúdos e atividades pedagógicas, porém, a coordenadora pedagógica enfatizou que “os conteúdos são inseridos conforme planejamento das aulas”. Este planejamento, de acordo com os respectivos anos escolares e disciplinas, constitui o instrumento pedagógico institucional utilizado para orientar as profissionais em suas práticas pedagógicas e é realizado no início e na metade do ano letivo com todos os professores da rede de ensino, juntamente com a direção, coordenação pedagógica e Secretaria da Educação do município.

Ao consultarmos o planejamento dos conteúdos ensinados nos anos iniciais, buscamos elementos que pudessem remeter aos temas gênero e sexualidade e constatamos que as professoras os trabalham abordando mais frequentemente, em diferentes disciplinas, conteúdos relacionados às partes do corpo humano, cuidados com a higiene, alimentação, família e sua composição.

Em relação ao currículo real, a temática da sexualidade é tratada especialmente na disciplina de Ciências, em que são abordados conteúdos relacionados à reprodução humana, diferenças na anatomia entre homens e mulheres, higiene corporal e saúde. Ou seja, a sexualidade ainda está fortemente associada ao corpo e às diferenças biológicas entre os sexos e a padrões disciplinadores de conduta e comportamento. A abordagem centrada no estudo do corpo a partir de uma perspectiva disciplinar fica evidente nas falas a seguir:

Em especial quando fizemos o estudo do corpo, com atividades simplificadas, brincadeiras de movimento e toque em si e no colega, exemplo: cantiga boneco de lata. (professora, 27 anos).

Relacionando aos conteúdos de ciência e partindo da curiosidade dos alunos, não respondo mais do que querem saber. (professora, 26 anos).

Na direção de uma desconstrução de conteúdos disciplinares e legitimados por determinados domínios de conhecimento e saber, duas entrevistadas afirmam abordar questões de gênero na disciplina de História a partir da reflexão de alguns assuntos como o machismo, direitos e deveres, respeito por todos, igualdade entre os gêneros.

Tento ajudar as crianças a negarem as práticas excludentes do machismo [...]. Penso que os valores sociais precisam ser resgatados, a começar pela percepção de que todos têm os mesmos direitos e deveres e que deve se ter respeito entre todos. (professora, 45 anos).

De forma bem natural, tentando conscientizar os alunos da igualdade de valores entre os gêneros e da presença da sexualidade durante toda a nossa vida. (professora, 37 anos).

Tais iniciativas embora não estejam articuladas em um projeto pedagógico institucional, revelam a construção de um currículo real colocado em prática na sala de aula, no qual preocupações com questões de gênero foram contempladas, embora por apenas duas professoras. A professora de 45 anos foi a que mais enfatizou a relevância do tema, caracterizando que a sua trajetória de formação profissional foi diferenciada e que, em suas práticas pedagógicas, ela promove reflexões que favorecem o rompimento com o saber hegemônico disciplinar e instituído sobre sexualidade presente na fala da maioria das entrevistadas, isto é, a trajetória desta professora aponta possibilidades de mudanças nas predisposições individuais e coletivas que caracterizam o *habitus* em relação às concepções dominantes.

Quanto ao currículo oculto, ele caracteriza a ausência de determinados conteúdos relevantes e que deveriam estar contemplados nos currículos formal e real, sendo influenciado e originado pela experiência, valores e significados tanto de professores, quanto de alunos. Na escola onde as entrevistadas atuam, constatou-se que a temática da sexualidade está orientada por um currículo real, embora limitado à disciplina de Ciências e a determinados assuntos, e pelo currículo oculto, na medida em que ele surge em situações particulares que exigem a intervenção dos profissionais, significando que “uma receita pronta de como trabalhar as situações relacionadas a gênero e sexualidade ninguém nos dá”, conforme pode ser verificado no depoimento a seguir:

Tivemos vários assuntos relacionados ao tema, fizemos debates, porém uma receita pronta de como trabalhar as situações relacionadas a gênero e sexualidade ninguém nos dá, temos que resolver da melhor forma levando em consideração as questões do momento. Um específico na área não, mas que continha alguns assuntos sobre sexualidade sim. (professora, 37 anos).

178

A afirmação de que não existe uma “receita pronta” demonstra que tais questões são realmente complexas e de que não existe uma forma única de abordar tais assuntos, entretanto, fica evidente também que a lacuna sobre estes temas na formação básica e continuada das professoras, bem como a ausência de planejamento articulado entre diferentes disciplinas, os projetos pedagógicos das redes de ensino e das escolas, a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação.

Além dos conteúdos identificados na disciplina de Ciências, as professoras afirmam de maneira muito genérica que estas questões são tratadas a partir de “reflexões” e “atitudes”, em que questões como “respeito”, “valores” “igualdade” são citadas como fundamentais no processo educativo. Nas falas não se evidencia como estas questões são abordadas pedagogicamente e de forma programática na sala de aula ou em outros espaços da instituição escolar, caracterizando, portanto, a presença de um currículo oculto.

A formação continuada em temas transversais para professores da rede estadual, como pretende a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, não está consolidada, além de que esta política não é obrigatória para a rede municipal, mas apenas para a rede estadual de ensino, o que significa que muito ainda há que se aprofundar neste aspecto nas duas redes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos gênero e sexualidade como dispositivos heterogêneos de controle, enquanto objetos de poder e saber, que são operados na escola, a partir de uma perspectiva de superação da dicotomia entre objetivismo e subjetivismo, buscou-se analisar as representações sobre sexualidade na perspectiva das relações de gênero, destacando a formação acadêmica e práticas pedagógicas de profissionais da educação de uma escola pública de um município do estado de Santa Catarina, Sul do Brasil.

Em relação às representações das entrevistadas sobre a sexualidade identificou-se que as mesmas não se resumem ao ato sexual, no entanto esta se apresenta muito mais como uma manifestação individual do que social ou coletiva, de modo que a sexualidade é considerada parte da personalidade dos indivíduos e elemento inerente ao desenvolvimento humano. Por isso, as representações reproduzem determinados domínios do saber e conhecimentos hegemônicos da psicologia do desenvolvimento que predominam no processo de formação docente inicial e continuada no Brasil.

A formação acadêmica da maioria das profissionais não possibilitou um aprofundamento das questões de gênero com base no respeito à diversidade sexual e na desconstrução de comportamentos sexistas e homofóbicos. Os conteúdos ensinados na escola evidenciam que a sexualidade é tratada especialmente na disciplina de Ciências, fortemente associada ao corpo, às diferenças biológicas entre os sexos e a padrões normalizadores de conduta. Dessa forma, é possível afirmar que as falas das entrevistadas e os conteúdos ensinados remetem e reproduzem determinados domínios do saber e conhecimentos hegemônicos e disciplinares, numa concepção individualizante que alcança a dimensão interpessoal, porém, evidencia a necessidade da escola e da educação avançarem na compreensão da dimensão social e histórica que modulam as relações de gênero e as representações sobre sexualidade.

Constatou-se que a formação acadêmica da maioria das profissionais não possibilitou um aprofundamento das questões de gênero com base no respeito à diversidade sexual e na desconstrução de comportamentos sexistas e homofóbicos. Os conteúdos ensinados na escola evidenciam que a sexualidade é tratada especialmente na disciplina de Ciências, fortemente associada ao corpo, às diferenças biológicas entre os sexos e a padrões normalizadores de conduta.

A reprodução de certos domínios de conhecimento e também, a ausência e o silenciamento de outros saberes, leva-nos a problematizar a docência como dispositivo de exercício de um saber sobre os outros, a figura do profissional da educação como especialista sobre a infância, autoridade essa que a pesquisa demonstrou que não se sustenta em termos acadêmicos e quando o faz, é de maneira psicologizante e individualizante. Por isso, destacamos a necessidade destes profissionais estarem abertos a uma busca de conhecimento sobre sexualidade na perspectiva das relações de gênero, a partir de diferentes abordagens, e que os currículos de formação docente e os escolares incluam a temática de forma interdisciplinar em suas discussões.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. (2001). Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), (pp. 575-585).
- APPLE, M. (1982). O currículo oculto e a natureza do conflito. In: _____. *Ideologia e currículo*. (pp. 125-157). São Paulo: Brasiliense.
- BOURDIEU, P. (1996). A força da representação. In: _____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. (pp. 107-116). São Paulo: EDUSP.
- _____. (2006). *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.
- BRAGA, D. S. (2004). *A sexualidade no currículo da escola fundamental: travessões e reticências sobre a homossexualidade nos discursos e nas atividades em uma escola municipal em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- FOUCAULT, M. (1997). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. (12 ed., Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1998). *História da sexualidade II: o uso dos saberes*. (8 ed., Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- GONZÁLEZ REY, F. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- LEÃO, A. M. de C., & RIBEIRO, P. R. M. (2013). A (in)existência da sexualidade no Curso de Pedagogia: o currículo oculto em evidência. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. 8(1), (pp. 275-290). Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6530/4796>. (acesso em 20 de abril de 2015).

- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M.S. (2007). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez.
- LIMA, R. de C.P., CAMPOS, P. H. F. (2015). Campo e grupo: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscoviana das representações sociais. *Educação e Pesquisa*. 41(1), (pp. 63-77). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000100063&lng=pt&nrm=iso. (acesso em 21 de abril de 2015).
- LOURO, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1999). Pedagogias da sexualidade. In: _____. (org.). *O corpo educado*. (pp. 150-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (2008) Gênero e sexualidades: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*. 19(2), (pp. 17-23), Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. (acesso em 21 de abril de 2015).
- _____. (2012). Os estudos queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*. 2(2), (pp. 363-369), Disponível em <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/87>. (acesso em 22 de abril de 2015).
- MEYER, D. E., KLEIN, C., & ANDRADE, S. dos S. (2007). Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. *Educação em Revista*. 46, (pp. 219-239), Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a09n46.pdf>. (acesso em 24 de abril de 2015).
- MOKWA, V. M. N. F; GONINI, F. A. C. ; RIBEIRO, P. R. M. (2009). A possível ausência do conceito de gênero na visão de professoras de Ensino Fundamental. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. 4(3), (pp. 1-12), Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/2768/2504>. (acesso em 24 de abril de 2015).
- MOSCOVICI, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2012). *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- SCOTT, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), pp.71-99.

